

Governo vai recorrer a organismos internacionais para ajuda financeira

Brasil perde mais de 860 mil empregos formais em abril

Página 3

PGR pede suspensão de inquérito que apura divulgação de fake news

Página 4

França suspende hidroxiquina como tratamento para covid-19

O governo francês proibiu na quarta-feira (27) o uso de hidroxiquina no tratamento de doentes com covid-19, depois de dois organismos de saúde pública terem se declarado contra o uso do medicamento. A decisão foi tomada depois de um estudo ter provado não só a ineficácia do remédio no contexto da pandemia, como o aumento do risco de morte dos pacientes.

A França revogou o decreto de 11 de maio que autorizava a administração de hidroxiquina a pacientes infectados pelo novo coronavírus. Desde o fim de março que o antiviral, usado no combate à malária, era aplicado para tratar casos mais graves da infecção. Página 3

Polícia de Hong Kong prende 300 durante protesto contra legislação

A polícia de Hong Kong disparou balas de pimenta e fez 300 prisões, enquanto milhares de pessoas tomavam as ruas nesta quarta-feira (27) para expressar revolta contra a legislação de segurança nacional proposta pela China, que provocou um alerta internacional a respeito das liberdades da cidade.

O batalhão de choque disparou spray de pimenta para dispersar a multidão no coração do distrito financeiro. Página 3

Previsão do Tempo

Quinta: Dia de sol, com nevoeiro ao amanhecer. As nuvens aumentam no decorrer da tarde.



Manhã Tarde Noite
Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,27
Venda: 5,27

Turismo
Compra: 5,25
Venda: 5,57

EURO

Compra: 5,79
Venda: 5,79

Plano de retomada da economia em São Paulo terá cinco fases



O plano de retomada da economia em São Paulo, de atividades consideradas não-essenciais, terá cinco fases. As cinco fases do programa vão do nível máximo de restrição de atividades não

essenciais (vermelho) a etapas identificadas como controle (laranja), flexibilização (amarelo), abertura parcial (verde) e normal controlado (azul). Segundo o governo paulista, a

classificação pretende assegurar atendimento de saúde à população e garantir que a disseminação do novo coronavírus esteja em níveis seguros para modular as ações de isolamento. Página 2

O governo federal recorrerá a organismos internacionais para pagar parte do auxílio emergencial e de outras medidas de enfrentamento à crise provocada pela pandemia de coronavírus. O Tesouro Nacional confirmou na quarta-feira, (27) que pedirá um financiamento externo de US\$ 4,01 bilhões, o equivalente a R\$ 21,16 bilhões pelo câmbio de hoje (R\$ 5,276).

Essa será a primeira vez em dois anos que o governo federal pedirá dinheiro emprestado a instituições estrangeiras. A última vez em que isso ocorreu foi em dezembro de 2019, quando o Tesouro assinou um contrato de US\$ 195 milhões

com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o fortalecimento da defesa agropecuária.

Segundo o Tesouro, o empréstimo externo será usado para pagar parte do auxílio emergencial de R\$ 600 (R\$ 1,2 mil para mães solteiras); o Benefício Emergencial (BEm), que complementa a renda de trabalhadores com contrato suspenso ou jornada reduzida durante a pandemia, e o seguro-desemprego, cujos pagamentos têm subido por causa das demissões nos últimos meses. O dinheiro também custeará parte da ampliação do Bolsa Família. Página 3

Vendas da indústria e varejo caíram mais de 30% de março para abril

Página 8

Covid-19: mais de 60% estão estressados com o trabalho em casa

A adoção em grande escala do home office [escritório em casa] em função do isolamento social para conter o novo coronavírus tem afetado a saúde mental de profissionais brasileiros.

Uma pesquisa do LinkedIn,

que ouviu duas mil pessoas na segunda quinzena de abril, indica que 62% estão mais ansiosos e estressados com o trabalho do que antes. O LinkedIn é a maior rede social profissional do mundo. Página 4

STJ rejeita federalização de investigações sobre morte de Marielle

Página 8

Esporte

Kart: Copa KGV Virtual inicia segunda edição com descontos e novos horários

Com novidades, a segunda edição da Copa KGV Virtual teve sua etapa de abertura realizada na última segunda-feira (25), com vitória de Lucas Freitas no traçado online do Kartódromo Granja Viana. O torneio surge como alternativa durante a pandemia do novo coronavírus para os fãs da modalidade e também para os pilotos seguirem se preparando para as próximas competições. O campeão será premiado com uma inscrição para a Copa KGV

presencial, que retornará assim que as competições forem liberadas no kartódromo em Cotia, na Grande SP.

“A primeira edição do campeonato virtual foi bem bacana e fico feliz de estarmos iniciando mais uma temporada. Fizemos algumas melhorias, teremos uma etapa a mais e também sortearmos produtos para os pilotos e para os espectadores da transmissão ao vivo, então fiquem ligados. A plataforma que escolhemos é a do Automobilista e

os pilotos utilizarão o kart GX390 - Race”, diz Felipe Giffone, que é proprietário do Kartódromo Granja Viana.

Na semana passada, inclusive, o Kartódromo Granja Viana realizou uma live para discutir questões relacionadas à próxima edição das 500 Milhas de Kart, tradicional prova de endurance que encerra a temporada do automobilismo brasileiro. Juntamente com preparadores Leandro Reis e Sabá, Felipe Giffone e o jornalista Rodrigo Franca

debateram as possíveis datas da competição.

“Temos ouvido vários pilotos, preparadores e equipes para definirmos a melhor data. Alíve também é uma maneira democrática e descontraída para conversarmos com o público sobre as novidades da próxima edição das 500 Milhas de Kart. Estamos aguardando o calendário das principais competições do automobilismo serem definidas (F1, Fórmula E e etc), assim poderemos escolher a melhor data possível

para essa prova, que é muito importante para todos da nossa modalidade”, conta Giffone.

As inscrições para a Copa KGV Virtual estão abertas no site oficial do Kartódromo Granja Viana e o valor é de R\$29 por etapa ou R\$89 para a temporada completa. A segunda das quatro etapas do campeonato será disputada nesta quinta-feira (28), com transmissão ao vivo no canal do YouTube do KGV a partir das 21h30 (horário de Brasília).

4x100 m masculino está credenciado para lutar pelo pódio olímpico

Credenciada pelo inédito título de campeã do Mundial de Revezamentos, conquistado em maio de 2019, em Yokohama, no Japão, a equipe masculina do revezamento 4x100 m surge naturalmente como candidata ao pódio nos Jogos Olímpicos de Tóquio-2021. O quarteto brasileiro assegurou a qualificação no Campeonato Mundial de Doha, no Catar, em outubro, quando terminou em quarto lugar, com novo recorde sul-americano (37,72).

Por causa da pandemia de COVID-19, do isolamento social, do adiamento e cancelamento de inúmeras competições no Brasil e em todo o mundo, o planejamento do treinamento do grupo está em

suspenso. “Devido às circunstâncias, ainda não temos definições da Confederação Brasileira de Atletismo e do Comitê Olímpico do Brasil sobre nova programação”, disse o técnico Felipe de Siqueira, que orientou a equipe nos Mundiais e na conquista da medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos de Lima-2019.

Em Yokohama e em Lima, o grupo teve Rodrigo Nascimento, Jorge Vides, Derick Souza e Paulo André Camilo de Oliveira. Já em Doha, Vitor Hugo dos Santos substituiu Jorge Vides. “Temos um time jovem e as boas atuações de 2019 servem para dar mais confiança ainda ao grupo para os Jogos de Tóquio e de Paris-2024”, observou Felipe.

Os velocistas estão treinando como podem, seguindo as

orientações de seus técnicos pessoais. Paulo André Camilo de Oliveira (Pinheiros-SP) e Rodrigo Nascimento (ADPA-MA), por exemplo, estão tendo boas condições de preparação. Paulo André treina quase normalmente na Vila Olímpica de Vila Velha (ES), com o pai e técnico Carlos José Camilo.

“O Brasil tem um grupo muito bom de velocistas e com grande potencial. O objetivo é cada um melhorar individualmente. O resultado do revezamento será consequência”, comentou Paulo André, de 21 anos.

Já Rodrigo, de 25 anos, deixou São Paulo e voltou para Itajaí (SC), cidade em que nasceu, aproveitando a flexibilização da quarentena no município. “Antes só podia ficar em casa, mas

agora temos autorização para frequentar a pista pública, em que normalmente as pessoas fazem caminhada. Procuro ir lá entre 11 e 14 horas, quando está mais vazia. Tomo todos os cuidados para a proteção de minha saúde e da minha família”, disse o velocista, treinado por Victor Fernandes.

Felipe de Siqueira também sofre com limitações para seus dois atletas do revezamento: Derick e Jorge Vides (ambos do Pinheiros).

A qualificação olímpica foi conquistada no Estádio Internacional Khalifa, no Mundial de Doha, onde o Brasil perdeu uma medalha por pouco. A equipe obteve o quarto lugar e o melhor resultado da história do revezamento 4x100 m, com 37,72,

quebrando o recorde sul-americano, registrado havia 19 anos na conquista da medalha de prata na Olimpíada de Sydney-2000, com o grupo que tinha Vicente Lenilson, Edson Luciano Ribeiro, André Domingos, Claudinei Quirino e Claudio Roberto Sousa.

A medalha de ouro em Doha ficou com os Estados Unidos, com 37,10, o melhor tempo de 2019 e a segunda melhor marca do mundo de todos os tempos depois dos 36,84 da Jamaica de Usain Bolt, nos Jogos de Londres-2012. A prata ficou com a Grã-Bretanha (37,36) e o bronze com o Japão (34,43), novos recordes europeu e asiático. A Caixa é a Patrocinadora Oficial do Atletismo Brasileiro.

Plano de retomada da economia em São Paulo terá cinco fases



CESAR NETO
www.cesarneto.com

MÍDIA S
Jornalista desde 1990, CESAR NETO tem sua coluna (diária) de política publicada desde 1993 na imprensa de São Paulo (Brasil). Foi se tornando referência na Internet, desde 1996, via www.cesarneto.com ... Twitter @cesarnetoreal

CÂMARA (SP)
Vereador-presidente Eduardo Tuma (PSDB) e seu colega João Jorge (ambos PSDB) foram elogiados pelo ex-prefeito Doria (dono do novo PSDB) durante sua entrevista como governador (SP), por tudo o que fazem pelo prefeito Covas no combate à pandemia Covid-19

PREFEITURA (SP)
Bruno Covas (PSDB) segue acreditando que tá fazendo tudo o que pode e deve na questão dos isolamentos pessoais e sociais na cidade. A quarentena já tá prorrogada por 15 dias, a partir de 1º junho 2020. As reaberturas serão por regiões e por atividades

ASSEMBLEIA (SP)
Um dos 'visitados' pela Polícia Federal, sob ordens do Supremo aqui em São Paulo foi o deputado estadual Douglas Garcia (do núcleo Bolsonaro no dia de ontem). Ao final, usou de ironia ao dizer que levaram os computadores da ALESP, mas lá não vão achar fake news

GOVERNO
João Doria (líder do novo PSDB) apresentou ontem o que tá entrando pra História do Brasil como a maior estratégia de um ente federativo de ações pro combate ao Covid-19. A coisa é tão grandiosa, que o nome não podia ser outro, senão ...

(SÃO PAULO)
... Retomada Consciente em relação aos tempos e regiões no que toca às reaberturas das atividades econômicas, com todos os cuidados sob a luz da Ciência e da Medicina. Em tempo: se não houver os isolamentos pode sim haver um 'lockdown' (fechamento)

CONGRESSO (BR)
Deputados dos partidos componentes do chamado Centrário já se articulam pra formar o número necessário (pode chegar a 300 parlamentares) e barrar qualquer tentativa da Câmara Federal votar pelo afastamento de Bolsonaro, pra poder ser Impedido pelo Senado

PRESIDÊNCIA (BR)
Supremo - via ministro Alexandre Moraes - tá aceitando a acusação de um ex-deputado e uma ex-deputada do time do Jair Bolsonaro, que após romperem com ele passaram a afirmar que existe um gabinete do ódio no Palácio, comandado pelo filho Carlos

PARTIDOS (BR)
Donos e sócios preferências dos partidos políticos brasileiros tão preocupados com as movimentações nada republicanas do ministro Alexandre Moraes, em inquéritos que segundo o Direito Constitucional só podem ser tocados pela Procuradoria Geral da República

JUSTIÇAS (BR)
Que o Supremo pode e deve fazer justiça - seja o acusado quem for - tá mais que correto sob todos os pressupostos do Direito. A questão agora é saber se quando o ministro Fux afirma isso, tá se referindo também aos seus 10 colegas ? Se estiver tudo justo e perfeito

cesar@cesarneto.com

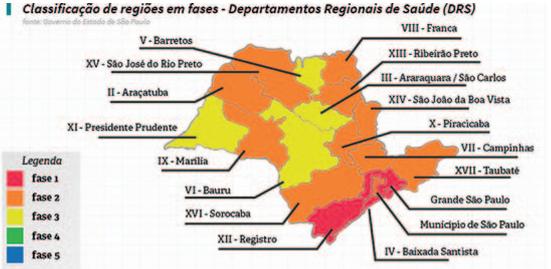
Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 110
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548
Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Radiobrás - Agência Brasil
Publicidade Legal
Balanços, Atas e
Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 -
Lapa
Telefone: 3832-4488
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

O plano de retomada da economia em São Paulo, de atividades consideradas não-essenciais, terá cinco fases. As cinco fases do programa vão do nível máximo de restrição de atividades não essenciais (vermelho) a etapas identificadas como controle (laranja), flexibilização (amarelo), abertura parcial (verde) e normal controlado (azul). Segundo o governo paulista, a classificação pretende assegurar atendimento de saúde à população e garantir que a disseminação do novo coronavírus esteja em níveis seguros para modular as ações de isolamento.

O Plano São Paulo será feito de forma gradual, heterogêneo e regionalizado e foi chamado pelo governador do estado, João Doria, de "retomada consciente". A retomada terá início no dia 1º de junho, mas somente para as regiões do estado que estiverem em fases diferentes da fase 1, de alerta. Enquanto isso, a quarentena em todo o estado foi ampliada até o dia 15 de junho, mas agora com há possibilidade de que mais setores possam começar a reabrir, dependendo da região do estado em que estiverem inseridos.

Cada uma das 17 regiões do estado foram colocadas em uma das fases, seguindo critérios que envolvem a capacidade hospitalar e a evolução dos casos de covid-19.

O plano, segundo o governo paulista, foi elaborado por autoridades estaduais em sintonia com especialistas do Centro de Contingência do Coronavírus e do Comitê Econômico Extraordinário que atuam voluntariamente em apoio ao governo. Os eixos principais das cinco fases de reabertura também foram discutidos com prefeitos e representantes de diversas associações comerciais e empresariais. O plano estabelece cerca de 60 protocolos e 500 diretrizes com recomendações para os setores econômicos, que poderão ser consultados em pelo site.



Com o plano, prefeitos irão conduzir e fiscalizar a flexibilização dos setores.

Na fase 1, vermelha, que é a fase de contaminação e de abertura somente de setores considerados essenciais [logística, segurança, abastecimento e saúde], encontram-se as cidades que compõem as regiões da Baixada Santista, de Registro e da Grande São Paulo, com exceção da capital paulista. Por isso, essas cidades continuarão em quarentena até pelo menos o dia 15 de junho e não poderão dar início à retomada econômica neste momento. Nessas três regiões, o sistema de saúde está pressionado por altas taxas de ocupação de UTI e avanço de casos confirmados de pacientes com covid-19.

Já a capital paulista foi colocada na fase 2, laranja, de controle, e já poderá dar início à abertura controlada de shoppings centers, comércio, imobiliárias e concessionárias. Na fase 2 encontram-se também as regiões de Campinas, Taubaté, Piracicaba, São João da Boa Vista, Ribeirão Preto, Franca, São José do Rio Preto, Araçatuba, Marília e Sorocaba. Segundo o prefeito de São Paulo, Bruno Covas, a abertura na capital não deve ser iniciada no dia 1º de junho, já que a prefeitura vai começar a receber, a partir deste dia, propostas dos setores para como deve ocorrer a abertura. "Só quando essas propostas esti-

verem assinadas é o que o setor poderá reabrir. A partir do dia 1º de junho, a discussão começa a ser ativada na prefeitura de São Paulo".

"A fase 2 é de controle, onde temos ainda medidas restritivas mas já é possível iniciar uma flexibilização com medidas mais restritivas em alguns setores com menor risco à saúde", disse Patricia Ellen, secretária de Desenvolvimento Econômico. "Na fase 2, já iniciamos uma abertura com restrições de atividades imobiliárias, concessionárias, escritórios, comércio e shopping center. A ideia é que isso seja feito com restrição de fluxo de horários e também com medidas rígidas de distanciamento. No caso de shopping center, fluxo em torno de 20% da capacidade original, respeitando distanciamento de um metro e meio e funcionamento com horário reduzido de quatro horas nessa etapa e limitação do uso da praça de alimentação".

Na fase 3, amarela, de flexibilização, poderão ser abertos também salões de beleza e bares e restaurantes. Mas sempre obedecendo critérios que foram estabelecidos pelo governo paulista e que serão pactuados pelas prefeituras e as entidades e associações setoriais. Nesta fase se encontram as regiões de Bauru, Araraquara/São Carlos, Barretos e Presidente Prudente.

Nenhuma região do estado ainda se encontra nas fases 4 ou 5. A fase 4, verde, de abertura parcial, prevê ainda a liberação de academias. Na fase 5, azul, de normal controlado, serão abertas todas as atividades econômicas do estado, inclusive cinemas, teatros e eventos esportivos, por exemplo. "Incluimos uma quinta fase pela razão de que, infelizmente, enquanto não houver vacina ou a cura da doença, temos que conviver com o que chamamos de normal controlado. Quando chegarmos nessa fase, de tudo em funcionamento, sem cura ou vacina, ainda será um funcionamento com medidas rígidas de higiene e de distanciamento social", disse a secretária de Desenvolvimento Econômico, Patricia Ellen.

O Plano SP não previu como será a retomada das escolas e das aulas. Isso, segundo o governador, ainda está em fase de estudo e será anunciado em breve. Cada uma das fases é determinada pelo acompanhamento semanal da dieta taxa de ocupação de leitos de UTI exclusivos para pacientes contaminados pelo coronavírus e o número de novas internações no mesmo período. Uma região só poderá passar a uma nova etapa após 14 dias do faseamento inicial, mantendo os indicadores de saúde estáveis. Caso haja redução dos níveis, a região poderá voltar a uma fase anterior. (Agência Brasil)

Estado de São Paulo registra 6,7 mil mortes por coronavírus

Na quarta-feira (26), o estado de São Paulo registrou 6.712 mortes pelo novo coronavírus. Também totaliza 89.483 pessoas com diagnóstico de COVID-19, com pelo menos um caso em 515 cidades. Destas, 251 tiveram no mínimo um óbito.

Há 12,3 mil pacientes internados em SP, sendo 4.686 em UTI e 7.707 em enfermarias. Até o momento já ocorreram 18.245 altas de pacientes que tiveram confirmação de COVID-19 e foram assistidos em

hospitais de SP. A taxa de ocupação dos leitos de UTI reservados para atendimento a COVID-19 é de 73,2% no Estado de São Paulo e 87,6% na Grande São Paulo.

Perfil da mortalidade
Entre as vítimas fatais estão 3.922 homens e 2.790 mulheres. Os óbitos continuam concentrados em pacientes com 60 anos ou mais, totalizando 72,8% das mortes. Observando faixas etárias subdivididas a cada dez anos, nota-

se que a mortalidade é maior entre 70 e 79 anos (1.595 do total), seguida por 60-69 anos (1.554) e 80-89 (1.294). Também faleceram 445 pessoas com mais de 90 anos. Fora desse grupo de idosos, há também alta mortalidade entre pessoas de 50 a 59 anos (976 do total), seguida pelas faixas de 40 a 49 (501), 30 a 39 (261), 20 a 29 (57) e 10 a 19 (18), e 11 com menos de dez anos. Os principais fatores de risco associados à mortalidade são

cardiopatia (58,7% dos óbitos), diabetes mellitus (43,2%), doença neurológica (11,3%), doença renal (10,4%) e pneumonia (9,5%). Outros fatores identificados são imunodepressão, obesidade, asma e doenças hematológicas e hepáticas. Esses fatores de risco foram identificados em 5.426 pessoas que faleceram por COVID-19 (80,8%). A relação de casos e óbitos confirmados por cidade pode ser consultada em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/>.

Governo renova contrato de concessão de ferrovia em São Paulo

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a empresa Rumo assinaram na quarta-feira, (27) a renovação antecipada da concessão ferroviária da Malha Paulista. O contrato original, que venceria em 2028, foi renovado por mais 30 anos, mediante uma série de contrapartidas.

De acordo com o Ministério da Infraestrutura, a concessão injetará recursos privados na ampliação da capacidade de transporte, em melhorias urbanas, além de gerar empregos e

aumentar a arrecadação federal. Somente em outorgas, a União arrecadará R\$ 2,9 bilhões com o novo contrato.

O sistema ferroviário tem 1.989 quilômetros (km) de extensão entre Santa Fé do Sul (SP), divisa com Mato Grosso do Sul, e o Porto de Santos (SP). Por seus trilhos, são movimentadas cargas de milho, soja, açúcar, farelo de soja, álcool, derivados de petróleo e contêineres.

Para o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, a renova-

ção do contrato representa um marco histórico para destravar a logística e equilibrar a matriz de transporte do país. "A vantajosidade da renovação antecipada ficou demonstrada e atestada pelo TCU [Tribunal de Contas da União] ao longo desses [quatro] anos de tramitação do processo, o que revela que a infraestrutura tem sido encarada como uma questão de Estado", disse em comunicado.

A empresa concessionária deverá investir mais de R\$ 6 bilhões em obras, trilhos, vagões

e locomotivas, que já serão realizados nos primeiros cinco anos de contrato. Com isso, a Malha Paulista deverá aumentar sua capacidade de transporte dos atuais 35 milhões para 75 milhões de toneladas, podendo chegar futuramente aos 100 milhões de toneladas.

Além disso, segundo o ministério, o realinhamento dos investimentos previstos trará cerca de R\$ 600 milhões aos cofres públicos nos próximos seis anos, mediante a arrecadação de tributos. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Governo vai recorrer a organismos internacionais para ajuda financeira

O governo federal recorrerá a organismos internacionais para pagar parte do auxílio emergencial e de outras medidas de enfrentamento à crise provocada pela pandemia de coronavírus. O Tesouro Nacional confirmou na quarta-feira, (27) que pedirá um financiamento externo de US\$ 4,01 bilhões, o equivalente a R\$ 21,16 bilhões pelo câmbio de hoje (R\$ 5,276).

Essa será a primeira vez em dois anos que o governo federal pedirá dinheiro emprestado a instituições estrangeiras. A última vez em que isso ocorreu foi em dezembro de 2019, quando o Tesouro assinou um contrato de US\$ 195 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o fortalecimento da defesa agropecuária.

Segundo o Tesouro, o empréstimo externo será usado para pagar parte do auxílio emergencial de R\$ 600 (R\$ 1,2 mil para mães solteiras); o Benefí-

cio Emergencial (BEm), que complementa a renda de trabalhadores com contrato suspenso ou jornada reduzida durante a pandemia, e o seguro-desemprego, cujos pagamentos têm subido por causa das demissões nos últimos meses. O dinheiro também custeará parte da ampliação do Bolsa Família.

De acordo com o Tesouro Nacional, os recursos do empréstimo serão divididos da seguinte forma: US\$ 1,72 bilhão para o auxílio emergencial, US\$ 960 milhões para o Bolsa Família, US\$ 780 milhões para o seguro-desemprego e US\$ 550 milhões para o BEm. Os empréstimos serão pagos de 15 a 35 anos, e os juros não poderão superar 0,89% ao ano, mais spread bancário (diferença entre o que os bancos multilaterais captam e emprestam).

A operação, explicou o Tesouro, envolveria seis organismos multilaterais: Agência Fran-

cesa de Desenvolvimento (AFD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial, Corporação Andina de Fomento (CAF), o KfW (banco estatal alemão) e o Novo Banco de Desenvolvimento (que atende os países do Brics).

Segundo o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública, Luis Felipe Vital, o empréstimo externo não vai pressionar a dívida pública, mesmo com a alta do dólar nos últimos meses. Isso porque o volume de US\$ 4 bilhões é pequeno quando comparado com o tamanho da dívida pública externa, que encerrará a abril em US\$ 40 bilhões (R\$ 217,11 bilhões no câmbio do último dia de abril).

Tradicionalmente, os pedidos de empréstimo a organismos multilaterais são pedidos por estados e por municípios. A utilização desse procedimento pelo União é rara e ocorre apenas para investimentos. Para des-

pesas correntes, o governo costuma obter os recursos dos impostos e de emissões de títulos da dívida pública no mercado interno, mas Vital explicou que a busca por financiamentos externos pode ser vantajosa em relação aos mecanismos tradicionais por causa do prazo longo e porque as taxas do mercado internacional estão relativamente mais atraentes que a dos títulos da dívida pública.

"Não há nenhuma dificuldade de financiamento da dívida no mercado doméstico. A operação com multilaterais contribui para fortalecer o caixa do Tesouro com custos abaixo do custo de captação do Tesouro e com prazos de até 30 anos. Ressalte-se que essa operação com as agências multilaterais tem volume pequeno quando comparado ao estoque da dívida e não deve alterar significativamente a sua composição", justificou o coordenador. (Agência Brasil)

Brasil perde mais de 860 mil empregos formais em abril

As demissões superaram as contratações com carteira assinada em 860.503 postos de trabalho, em abril. Foram 1.459.099 desligamentos e 598.596 contratações. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) foram divulgados na quarta-feira, (27). O saldo de abril foi o pior da série histórica iniciada em 1992.

Segundo o Ministério da Economia, os dados mostram que a queda no número de contratações contribuiu de forma expressiva para o saldo negativo de empregos formais.

Enquanto as demissões tiveram um incremento de 17,2%, as admissões caíram 56,5% na comparação com abril de 2019. Em valores nominais, São Paulo teve o pior desempenho, com saldo negativo (mais demissões do que contratações) de 260.902. O estado é seguido por Minas Gerais com 88.298 demissões (descontadas as contratações); Rio de Janeiro, 83.626, e Rio Grande do Sul, 74.866.

O secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, disse que o resultado reflete os efeitos da pandemia da covid-19 na economia brasileira. "É um número duro, que reflete a realidade de pandemia que vivemos, mas que traz algo positivo. Demonstra que o Brasil

está conseguindo preservar emprego e renda. No entanto, pelo mesmo motivo de pandemia, não estamos conseguindo manter a contratação que mantivemos outrora", disse, acrescentando que na comparação com outros países, o Brasil está em situação melhor. "Os Estados Unidos estão com mais de 35 milhões de pedidos de seguro-desemprego e o Brasil está chegando ao número de 860.500 de empregados. Isso demonstra a efetividade das medidas conduzidas pelo governo".

Em março, mês de início das medidas de isolamento social devido à pandemia da covid-19, o saldo de emprego formal ficou negativo de 207.401. Foram 1.316.655 admissões e 1.524.056 desligamentos.

De janeiro a abril de 2020 foram 9.999.981 admissões e 5.763.213 demissões no país, com resultado negativo de 763.232. As demissões caíram 9,6% e as demissões subiram 10,1% no período, comparado ao primeiro quadrimestre de 2019.

O salário médio real de admissão no Brasil passou de R\$ 1.496,92 em abril de 2019 para R\$ 1.814,62 no mês passado.

De janeiro a abril de 2020 foram 1.459.099 admissões e 5.763.213 demissões no país, com resultado negativo de 763.232. As demissões caíram 9,6% e as demissões subiram 10,1% no período, comparado ao primeiro quadrimestre de 2019.

o e da Renda, foram preservados mais de 8,1 milhões de empregos no país, informou o Ministério da Economia. O programa prevê que os trabalhadores que tiveram jornada reduzida ou contrato suspenso e ainda auxílio-emprego para trabalhadores intermitentes com contrato de trabalho formalizado receberão o Benefício Emergencial de Preservação da Renda e do Emprego (BEm).

É a primeira divulgação do Caged após o preenchimento de informações da base de dados para o Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). Com a mudança, o cumprimento de 13 obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas fica centralizado em um só sistema.

Uma inovação do Caged é o agrupamento de setores da economia. Até dezembro passado, eram oito: comércio, serviços industriais de utilidade pública (SIUP), extrativa mineral, administração pública, agropecuária, construção civil, indústria de transformação e serviços.

Com a reformulação do Caged, os dados estarão na mesma divisão feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São eles: comércio, serviços, indústria geral, construção civil e agricultura. No in-

tervalo de janeiro a abril de 2020, a agricultura teve saldo positivo de 10.032 empregos, resultado de 275.464 contratações e 265.432 demissões. O resultado da construção civil ficou negativo em 21.837. Comércio teve saldo negativo de 342.748, serviços resultado negativo de 280.716 e indústria também negativo, em 127.886.

A modalidade de trabalho intermitente teve, no período de janeiro a abril, 49.228 admissões e 35.105 demissões em 2020, o que resultou em saldo positivo 14.123. Já o regime de trabalho parcial registrou 71.044 contratações e 63.334 desligamentos, com resultado de positivo de 7.710 postos de trabalho com carteira assinada.

Somente no mês de abril, o trabalho intermitente chegou ao saldo negativo de 2.375, com 7.291 admissões e 9.666 demissões. No mesmo período, houve 4.881 contratações e 14.029 desligamentos na modalidade de trabalho parcial, com saldo negativo de 9.148.

Após a primeira divulgação do Novo Caged, o ministério definiu um calendário para os próximos dados do emprego formal. Os dados de maio serão divulgados no dia 29 de junho; em julho serão divulgados os dados de junho e assim por diante. (Agência Brasil)

a manutenção das políticas de isolamento social", diz a Abecs. Os dados: as informações de maio serão divulgadas no dia 29 de junho; em julho serão divulgados os dados de junho e assim por diante. (Agência Brasil)

Os pagamentos digitais feitos de forma não presencial durante as compras eletrônicas chegaram a R\$ 86,7 bilhões no primeiro trimestre, com crescimento de 23,2%. Em março a alta foi de 10,5%. "A tendência é que esse segmento volte a atingir um patamar mais elevado de crescimento nos meses seguintes dada

críticas feitas ao isolamento social são feitas por "pessoas que olham para trás sem entender o quanto as medidas já adotadas preveniram a propagação do vírus", disse. Na avaliação dele, a saída do isolamento precisa considerar uma série de variáveis, categorizando por riscos os diferentes negócios. "Minha esperança vai na direção de que continuemos mobilizados de forma a evitar o lockdown, o que seria muito danoso para nossa economia", disse. (Agência Brasil)

críticas feitas ao isolamento social são feitas por "pessoas que olham para trás sem entender o quanto as medidas já adotadas preveniram a propagação do vírus", disse. Na avaliação dele, a saída do isolamento precisa considerar uma série de variáveis, categorizando por riscos os diferentes negócios. "Minha esperança vai na direção de que continuemos mobilizados de forma a evitar o lockdown, o que seria muito danoso para nossa economia", disse. (Agência Brasil)

críticas feitas ao isolamento social são feitas por "pessoas que olham para trás sem entender o quanto as medidas já adotadas preveniram a propagação do vírus", disse. Na avaliação dele, a saída do isolamento precisa considerar uma série de variáveis, categorizando por riscos os diferentes negócios. "Minha esperança vai na direção de que continuemos mobilizados de forma a evitar o lockdown, o que seria muito danoso para nossa economia", disse. (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

França suspende hidroxycloquina como tratamento para covid-19

O governo francês proibiu na quarta-feira (27) o uso de hidroxycloquina no tratamento de doentes com covid-19, depois de dois organismos de saúde pública terem se declarado contra o uso do medicamento. A decisão foi tomada depois de um estudo ter provado não só a ineficácia do remédio no contexto da pandemia, como o aumento do risco de morte dos pacientes.

A França revogou o decreto de 11 de maio que autorizava a administração de hidroxycloquina a pacientes infectados pelo novo coronavírus. Desde o fim de março que o antiviral, usado no combate à malária, era aplicado para tratar casos mais graves da infecção.

O Conselho Superior de Saúde Pública e a Agência Nacional de Segurança de Medicamentos e Produtos de Saúde divulgaram parecer negativo sobre a prescrição do remédio no tratamento da covid-19.

As conclusões negativas dos dois organismos de saúde pública franceses seguem-se ao estudo publicado na semana passada, na revista científica *The Lancet*, que desaconselha o uso de hidroxycloquina como tratamento contra o novo coronavírus, já que aumenta substancialmente o risco de morte dos pacientes.

O Conselho Superior de Saúde Pública considerou que, as descobertas dessa investigação, assim como outros estudos e opiniões de autoridades de saúde, justificam "não usar hidroxycloquina isoladamente ou em combinação com um antibiótico para o tratamento de covid-19 em pacientes em ambulatório ou hospitalizados, qualquer que seja o nível de gravidade".

No dia em que foi publicado o estudo na *The Lancet*, o ministro da Saúde francês, Olivier Véran, escreveu em sua conta no Twitter que pediu ao Conselho Superior de Saúde Pública uma análise e ofereceu 48 horas para uma revisão das regras de prescrição.

O uso do antiviral como tratamento da covid-19 passou a ser alvo de várias discussões, na medida em que a hidroxycloquina era utilizada em alguns países para esse fim, mas sem nenhuma investigação que apoiasse a sua eficácia no contexto da atual pandemia.

Nos últimos dias, o remédio ganhou ainda mais protagonismo depois de o presidente norte-americano, Donald Trump, ter admitido que o tomava diariamente para prevenir a infecção pelo novo coronavírus. Trump defendia que existiam "sinais muito fortes" de que o antiviral funcionava como tratamento da covid-19.

O estudo da *The Lancet* é, por isso, o primeiro ensaio em larga escala sobre os efeitos da cloquina e da hidroxycloquina em doentes de covid-19, e os resultados são claros quanto à sua ineficácia e riscos.

O estudo também levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a suspender temporariamente os ensaios clínicos com hidroxycloquina no combate à doença. (Agência Brasil)

Polícia de Hong Kong prende 300 durante protesto contra legislação

A polícia de Hong Kong disparou balas de pimenta e fez 300 prisões, enquanto milhares de pessoas tomavam as ruas nesta quarta-feira (27) para expressar revolta contra a legislação de segurança nacional proposta pela China, que provocou um alerta internacional a respeito das liberdades da cidade.

O batalhão de choque disparou spray de pimenta para dispersar a multidão no coração do distrito financeiro. Em outros locais, a polícia deteve dezenas de supostos manifestantes, obrigando-os a se sentar nas calçadas antes de revisar seus pertences.

A forte presença policial nos arredores do Conselho Legislativo desencorajou manifestantes que planejavam interromper o debate de um projeto de lei, que busca criminalizar o desrespeito ao hino nacional chinês.

Revoltadas com as ameaças aparentes às liberdades da cidade-semiautônoma, pessoas de todas as idades foram às ruas, algumas vestidas de preto, algumas com roupas de escritório ou uniformes escolares e outras escondendo o rosto por baixo de guarda-chuvas abertos - cena que lembrou os tumultos que abalaram Hong Kong no ano passado.

"Embora estejamos com medo no coração, vocês precisam se posicionar", disse Chang, uma atendente e manifestante de 29 anos vestida de preto e com um respirador de capacete e óculos de proteção na mochila.

Muitas lojas, bancos e escritórios fecharam mais cedo. Os protestos mais recentes vêm na esteira de uma legislação de segurança nacional proposta pela China, que pretende combater a separação, a subversão e o terrorismo em Hong Kong, termos que autoridades tanto de Hong Kong quanto de Pequim vêm usando cada vez mais em relação aos protestos pró-democracia.

As leis em tramitação poderiam levar agências de inteligência chinesas a montarem bases em Hong Kong.

A proposta, revelada em Pequim na semana passada, desencadeou a primeira grande rebelião nas ruas do território em meses, quando a polícia usou gás lacrimogêneo e canhões de água para dispersar manifestantes.

Estados Unidos (EUA), Reino Unido, União Europeia e outros expressaram preocupação com a legislação, vista amplamente como um possível divisor de águas para a cidade mais livre da China e um dos maiores polos financeiros do planeta.

Autoridades chinesas e o governo de Hong Kong, apoiado por Pequim, dizem que o alto grau de autonomia da cidade não está ameaçado e que a nova lei de segurança terá foco específico.

O Conselho Empresarial EUA-China pediu a "todos os líderes que adotem as medidas necessárias para apaziguar as tensões e preservar o princípio - um país, dois sistemas".

As ações asiáticas caíram por causa da tensão crescente entre os EUA e a China. A bolsa de Hong Kong liderou as quedas, com recuo de 0,46%. (Agência Brasil)

Compras com cartões crescem 14,1% no primeiro trimestre, diz Abecs

Levantamento feito pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) mostrou que as compras pagas com cartões de crédito, débito e pré-pagos cresceram 14,1% no primeiro trimestre de 2020, somando R\$ 475,7 bilhões.

O resultado indica uma leve desaceleração ante os semestres anteriores, atribuída ao início de quarentena e isolamento social no país devido à pandemia da covid-19.

Segundo os dados, foram movimentados R\$ 297,7 bilhões (+14,1%) com cartões de crédito, R\$ 170,8 bilhões (+12,5%) com cartões de débi-

to e R\$ 7,1 bilhões (+78,9%) com cartões pré-pagos. Em quantidade de transações, foram 5,8 bilhões de transações com cartões ao longo do primeiro trimestre, o que representa um crescimento de 15,3% em relação ao mesmo período do ano passado.

No mês de março, o volume movimentado foi de R\$ 148,6 bilhões, 3,4% a mais do que em março de 2019. Mesmo com alta, esse foi o menor crescimento desde 2007, e as estimativas indicam que os brasileiros deixaram de transacionar cerca de R\$ 20 bilhões com cartões no mês.

As transações mais expressivas no início da quarentena foram registradas em serviços bá-

sicos, educação e saúde (+35,3%), varejo alimentício (+29,9%) e artigos fashionistas. Cosméticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+21,8%). Na outra ponta, sofreram maior impacto setores como tecidos, vestuário e calçados (-20,5%) e turismo e entretenimento (-17,9%).

Os pagamentos digitais feitos de forma não presencial durante as compras eletrônicas chegaram a R\$ 86,7 bilhões no primeiro trimestre, com crescimento de 23,2%. Em março a alta foi de 10,5%. "A tendência é que esse segmento volte a atingir um patamar mais elevado de crescimento nos meses seguintes dada

tadas de forma correta agora, no futuro as restrições poderão ser ainda maiores.

Vice-prefeito de Segurança de Los Angeles, Jeff Gorell disse que o fato de enfrentar problemas como incêndios florestais e de o risco de terremotos ser uma constante, devido à falha sísmica situada na região, faz com que, tanto as autoridades como a população de Los Angeles, vivam um ambiente de "respeito aos protocolos".

"Em todas essas situações quem tem poder é o povo. E ago-

ra é necessário que ele novamente abraça essa cultura, usando máscara e evitando aglomerações. Quanto antes fizermos isso, será o quanto antes vamos poder abrir nosso comércio. Se isso não for feito, provavelmente teremos de voltar a restrições mais severas", disse Gorell.

"Muitas pessoas às vezes se esquecem da gravidade da situação. E o ponto é: se não der certo teremos de voltar às restrições", acrescentou.

Segundo o prefeito de Miami, Francis Suarez, muitas das

Lembre sempre de lavar as mãos

PGR pede suspensão de inquérito que apura divulgação de fake news

Maia pretende votar MP que reduz jornada e salários nesta semana

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse na quarta-feira, (27) que pretende votar a Medida Provisória (MP) 936/20 até o final desta semana. A medida permite redução da jornada de trabalho e de salários e também a suspensão do contrato do empregado por até três meses.

Maia, que defende a prorrogação no prazo de validade da MP, disse que gostaria de votar o texto nesta quarta-feira, mas que o relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), ainda não entregou o parecer. "Estamos terminando o relatório, não sei se fica pronto hoje. A intenção é terminar [a votação] nesta semana, já que o prazo dela está acabando." Ele afirmou que há urgência na votação da MP 936, entre quarta-feira, e quinta-feira, para que o Senado possa debater, e o governo decidir se prorroga, ou não. "O que eu defendo é a possibilidade de prorrogação da medida por pelo menos mais dois meses."

Editada no início de abril, a MP permite a redução proporcional da jornada e dos salários dos trabalhadores (em 25%, 50% e 70%), com o percentual de corte pago pelo governo através do seguro-desemprego. No caso da suspensão temporária do contrato de trabalho, o governo paga 70% do seguro-desemprego aos funcionários de grandes empresas, ou 100%, se forem empregados de pequenas e médias empresas.

Entre as alterações promovidas pelo relator Orlando Silva, está a prorrogação da desoneração da folha de salários para 17 setores da economia, como os de calçados e da construção civil, até dezembro de 2021. O texto atual prevê a desoneração até dezembro de 2020. Silva argumenta que a ampliação ajudará a manter empregos no momento pós-pandemia.

Questionado sobre as mudanças, Maia disse que ainda não as conhecia, mas que já esperava que o MP aparecesse no texto da TMA ou no plenário. "Essas temas vão aparecer no plenário de qualquer forma, seja no texto do relator ou em emendas de plenário. Ninguém deve ficar estressado, preocupado: a votação dessa matéria sempre traz um enfrentamento de pontos de vistas, de posições de como o setor privado deve funcionar."

Regularização fundiária
O presidente da Câmara fa-

lou também sobre o projeto de lei que trata da regularização fundiária. O texto, que já chegou a entrar na pauta de votação, não foi analisado por falta de acordo entre os deputados. Maia defendeu um acordo em torno do texto do relator, Marcelo Ramos (PL-AM), e disse esperar que a votação não fizesse para um momento pós-crise da pandemia do coronavírus.

O projeto, que substitui a Medida Provisória (MP) 910/19, determina que as regras para regularização serão aplicadas a áreas com até seis módulos fiscais, ocupadas até julho de 2008. O módulo fiscal é uma unidade fixada para cada município pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e varia de 5 a 110 hectares.

Segundo Maia, o texto apresentado é "equilibrado", e qualquer tentativa de modificá-lo para ampliar o tamanho das propriedades seria uma sinalização negativa para a imagem do país no exterior. "Se [o projeto] pudesse ser votado, garantiria esse marco legal que preserva o nosso meio ambiente e dá os instrumentos para o governo regularizar, para aqueles [que ocuparam] suas terras até 2008. Isso é bom para o governo e para os pequenos produtores", afirmou. "Se não tem acordo, não vai a voto. A gente faz esse debate em outro momento", acrescentou.

Questionado sobre a operação da Polícia Federal que cumpriu, nesta quarta-feira, 29 mandados de busca e apreensão no chamado inquérito das fake news, Maia defendeu o respeito às investigações e às decisões do Poder Judiciário. O inquérito foi aberto no ano passado para apurar ofensas e ataques a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Os mandados cumpridos hoje foram autorizados pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito no STF.

Rodrigo Maia afirmou ainda que é preciso responsabilizar as plataformas digitais em que as notícias falsas são espalhadas. "A gente olha o que aconteceu na Itália, Grã-Bretanha, Estados Unidos e outros países, com o uso de muitas fake news, de dados pessoais sem autorização – tudo isso precisa ser organizado, e a gente precisa ter um marco legal de melhor qualidade, onde se possa responsabilizar mais as plataformas. Acho que esse debate já está acontecendo no Brasil." (Agência Brasil)

O procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu na quarta-feira, (27) ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão do inquérito que apura a divulgação de notícias falsas e ameaças contra integrantes da Corte. A solicitação foi encaminhada ao ministro Edson Fachin, relator de uma ação da Rede Sustentabilidade, protocolada no ano passado para contestar a forma de abertura da investigação.

Com base nas investigações do processo foram cumpridos na quarta-feira (27) mandados de busca e apreensão contra empresários e acusados de financiar, difamar e ameaçar os integrantes do tribunal nas redes sociais.

Segundo Aras, cabe ao Ministério Público dirigir a investigação criminal e definir quais provas são relevantes. Além disso, o procurador destacou que se manifestou contra as medidas de busca e apreensão realizadas,

que, segundo ele, foram sugeridas pelo juiz instrutor do gabinete de Moraes após receber relatório de investigação da Polícia Federal (PF).

No entendimento do procurador, as buscas e o bloqueio dos perfis nas redes sociais dos investigados são medidas desproporcionais por se tratarem de liberdade de expressão e "serem inconfundíveis com a prática de calúnias, injúrias ou difamações contra os membros do STF".

"Neste dia 27 de maio, contudo, a Procuradoria-Geral da República viu-se surpreendida com notícias na grande mídia de terem sido determinadas dezenas de buscas e apreensões e outras diligências, contra apenas 29 pessoas, sem a participação, supervisão ou anuência prévia do órgão de persecução penal que é, ao fim, destinatário dos elementos de prova na fase inquisitorial, procedimento pre-

paratório inicial, para juízo de convicção quanto a elementos suficientes a lastrear eventual denúncia", afirmou.

A abertura do inquérito foi em março de 2019. Na época, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, defendeu a medida como forma de combater à veiculação de notícias que atingem a honrabilidade e a segurança do STF, de seus membros e parentes. Segundo o presidente, que nomeou Alexandre de Moraes como relator do caso, a decisão pela abertura está amparada no regimento interno da Corte.

Na ocasião, a tramitação também foi questionada pelo ex-procurador geral da República Raquel Dodge, que chegou a arquivar o inquérito pela parte da PGR, no entanto, Moraes não aceitou o arquivamento.

Ministério da Justiça
O ministro da Justiça e Se-

gurança Pública, André Mendonça, se manifestou sobre o inquérito por meio de nota divulgada nas redes sociais. "Vivemos em um Estado Democrático de Direito. É democrático porque todo o poder emana do povo. E a este povo é garantido o inalienável direito de criticar seus representantes e instituições de quaisquer dos Poderes. Além disso, aos parlamentares é garantida a ampla imunidade por suas opiniões, palavras e votos", escreveu, ao acrescentar que a tentativa de cercar esses direitos é "um atentado à própria democracia".

No texto, o ministro destaca que as diligências realizadas pela Polícia Federal se dão "no estrito cumprimento de ordem judicial" e defende que as investigações "sejam submetidas às regras do Estado Democrático de Direito, sem que sejam violados pilares fundamentais e irrenunciáveis da democracia". (Agência Brasil)

Covid-19: mais de 60% estão estressados com o trabalho em casa

A adoção em grande escala do home office [escritório em casa] em função do isolamento social para conter o novo coronavírus tem afetado a saúde mental de profissionais brasileiros.

Uma pesquisa do LinkedIn, que ouviu mais mil pessoas na segunda quinzena de abril, indica que 62% estão mais ansiosos e estressados com o trabalho do que antes. O LinkedIn é a maior rede social profissional do mundo.

O levantamento mostrou, também, que, para o brasileiro, a falta de interação com colegas de trabalho tem sido impactante: 39% dos entrevistados se sentem solitários, 30% se confessam estressados pela ausência de momentos de descontração no trabalho e 20% sentem-se inseguros porque têm dificuldades em saber o que está acontecendo com seus colegas de trabalho e a empresa onde trabalham.

Por outro lado, a falta de interação com os colegas e a redução das interrupções relacionadas ao ambiente do escritório

fazem com que 33% considerem que estão mais produtivos.

Não é só a saúde mental que está sendo afetada. A física também sofreu impacto com a chegada da quarentena: 43% dos entrevistados estão se exercitando menos e 33% disseram ter o sono afetado negativamente.

Horas extras

O home office também tem significado horas extras de trabalho para muitos profissionais. Segundo o estudo, 68% dos brasileiros que estão em casa têm trabalhado pelo menos uma hora a mais por dia, com alguns profissionais chegando a trabalhar até quatro horas a mais/dia (21%).

Além das horas extras, trabalhar em casa impõe outro desafio para os profissionais: desligar-se das atividades do trabalho. A pesquisa revelou, ainda, que 24% se sentem pressionados a responder mais rapidamente e estar online por mais tempo do que normalmente estariam.

A preocupação de se mostrar

ocupado com o trabalho tem relação com o medo de perder o emprego, destacado por 18% dos entrevistados.

Essa pressão também faz com que os profissionais adotem algumas posturas para mostrar que, mesmo em casa, estão labutando muito, levando 27% a enviar e-mails fora do horário do expediente.

Desafios do trabalho em casa

Além das preocupações com as atividades do trabalho, a necessidade de conciliar o trabalho com a atenção à família e, ao mesmo tempo, gerenciar a concupação com o avanço do coronavírus representam desafios em casa.

O estudo mostra, também, que 34% acabam por se distrair ouvindo ou assistindo notícias sobre a covid-19, 20% enfrentam dificuldades para conciliar o trabalho e o cuidado com os filhos e 22% consideram desafiador trabalhar com o parceiro

em casa.

Mesmo que com impactos negativos em algumas áreas, o trabalho remoto trouxe benefícios em outros aspectos. Os entrevistados indicam ganhos na convivência familiar: 59% afirmam que, com a quarentena, o tempo de qualidade com a família aumentou. Outro ponto positivo foi a adoção de uma alimentação mais saudável, apontada por 32%.

Retorno ao trabalho

A expectativa é que a volta para o escritório implique em mudanças de comportamento, tanto nas relações pessoais e aspectos emocionais quanto no uso de recursos tecnológicos.

Quando voltarem ao trabalho, 52% acreditam que os contatos com os colegas serão mais frequentes, 41% apostam no uso mais intenso da tecnologia e 28% acreditam que a ansiedade vai diminuir por poderem interagir com outras pessoas ao voltar para o escritório. (Agência Brasil)

STJ determina apuração de vazamento na Operação Placébo

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves pediu na quarta-feira, (27) ao Ministério Público Federal (MPF) para apurar suposto vazamento da Operação Placébo, deflagrada ontem pela Polícia Federal (PF) no Rio de Janeiro e São Paulo, que tem entre os investigados o governador do estado do Rio, Wilson Witzel, e a mulher dele, Helena Witzel.

Segundo o ministro, se o vazamento for confirmado, "será necessário responsabilizar penalmente o autor da conduta ilícita, como forma de não prejudicar a integridade das instituições".

A Operação Placébo vai aprofundar as investigações que começaram com a Polícia Civil do estado, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público

Federal (MPF) para apurar a existência de um esquema de corrupção envolvendo uma organização social contratada para a instalação de hospitais de campanha e servidores da cúpula da gestão do sistema de saúde do Estado do Rio de Janeiro.

A PF informou que a operação apura "índices de desvios de recursos públicos destinados ao atendimento do estado de emergências de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), no Estado do Rio de Janeiro". Autorizada pelo ministro Benedito Gonçalves, a ação deflagrada na manhã de ontem teve 12 mandados de busca e apreensão, dez no Rio e dois em São Paulo, e contou com equipes da Polícia Federal de Brasília, além de agentes do Rio.

Logo cedo, a PF chegou ao

Palácio Laranjeiras, residência oficial do governo do estado do Rio, na zona sul da cidade, onde moram Witzel e a família. Os agentes passaram mais de duas horas no local para recolher informações. Após a saída dos policiais, o governador Wilson Witzel divulgou nota em que negou participação ou autoria dele em qualquer tipo de irregularidade nas questões que envolvem as denúncias apresentadas pelo Ministério Público Federal. "Estou à disposição da Justiça, meus sigilos abertos e estou tranquilo sobre o desdobramento dos fatos. Sigo em alinhamento com a Justiça para que se apure rapidamente os fatos. Não abandonarei meus princípios e muito menos o Estado do Rio de Janeiro", informou.

Também na nota, Witzel comentou vazamentos que antecederam a deflagração da Operação. "Estranha-me e indigna-me sobremaneira o fato absolutamente claro de que deputados bolsoneiros tenham anunciado em redes sociais nos últimos dias uma operação da Polícia Federal direcionada a mim, o que demonstra limpidamente que houve vazamento, com a construção de uma narrativa que jamais se confirmará. A interferência anunciada pelo presidente da República está devidamente oficializada", indicou.

Depoimento

Ainda dentro da operação, o ministro determinou depoimentos de Wilson Witzel, mas como todo o processo referente à decisão está sob sigilo não foi confirmado quando o governador será ouvido pela Polícia Federal. (Agência Brasil)

Câmara aprova negociação de dívidas de micro e pequenas empresas

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em sessão deliberativa extraordinária virtual, o projeto de lei complementar que abre a possibilidade para que micro e pequenas empresas, partici-

pantes do regime tributário especial do Simples Nacional, realizarem a negociação de débitos conforme a Lei 13.988/20.

A lei, aprovada no mês passado, estabelece os requi-

sitos e as condições para empresas devedoras resolverem litígios com a União, relativos à cobrança de débitos junto à Fazenda Pública.

A possibilidade de negociação inclui cobrança de impos-

tos, contribuições, taxas e outras dívidas de natureza não tributária. Podem ser retratados débitos ainda em cobrança administrativa, em disputa judicial ou mesmo já inscritas em dívida ativa. (Agência Brasil)

CADA DIA PICAZO

MINISTRA DA AGRICULTURA TEREZA CRISTINA CONFIRMOU A LIBERAÇÃO DE R\$ 500 MILHÕES PARA COMPRA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR MEIO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

DESENHO: FREEPIK 106/20

www.JORNALODIASP.COM.BR

Lembre sempre de lavar as mãos

Goodstock Holding Participações S.A.

Table with financial data for Goodstock Holding Participações S.A. including Demonsrtações Financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Columns include Ano, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras, and Demonsrtações de Fluxo de Caixa.

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 1026-84/2019

Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020. Edital de citação para Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020. Processo nº 1026-84/2019.

MOINHO PROGRESSO S/A

Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020. Edital de citação para Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020. Processo nº 1026-84/2019.

Imobiliária Paranim S/A

Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020. Edital de citação para Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020. Processo nº 1026-84/2019.

ISEC SECURITIZADORA S.A.

Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020. Edital de citação para Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020. Processo nº 1026-84/2019.

Jornal ODIAS P

CONGREGAÇÃO DAS FRANCISCANAS DA AÇÃO PASTORAL

Table with financial data for Congregação das Franciscanas da Ação Pastoral. Columns include Balanço patrimonial em 31 de dezembro, Demonstrações Financeiras, and Demonsrtações de Fluxo de Caixa.

Demonsrtações de Fluxo de Caixa

Table with financial data for Demonsrtações de Fluxo de Caixa. Columns include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, and Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Demonsrtações Financeiras

Table with financial data for Demonsrtações Financeiras. Columns include Receita Operacional, Receita Não Operacional, Despesas Operacionais, and Despesas Não Operacionais.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020. Discussão sobre a alteração do estatuto social e a aprovação de novas direções administrativas.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020. Discussão sobre a alteração do estatuto social e a aprovação de novas direções administrativas.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020. Discussão sobre a alteração do estatuto social e a aprovação de novas direções administrativas.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020. Discussão sobre a alteração do estatuto social e a aprovação de novas direções administrativas.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020. Discussão sobre a alteração do estatuto social e a aprovação de novas direções administrativas.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020. Discussão sobre a alteração do estatuto social e a aprovação de novas direções administrativas.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2020. Discussão sobre a alteração do estatuto social e a aprovação de novas direções administrativas.

contato@jornalodiasp.com.br



Alarques
Monitoramento 24hrs
Câmeras de Segurança
Porta Elétrica
11) 94033.9915
godyseguranca2015@gmail.com
Controle de acesso

Dívida Pública Federal cai 2,8% em abril e vai para R\$ 4,6 trilhões

A concentração de vencimentos de papéis e a baixa emissão de títulos motivada pela crise provocada pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19) fizeram o endividamento do governo cair pelo segundo mês consecutivo. A Dívida Pública Federal (DPF), que inclui o endividamento interno e externo do governo federal, recuou, em termos nominais, 1,28% em abril, na comparação com março, informou na quarta-feira, (27) a Secretaria do Tesouro Nacional.

Os estoque passivos de R\$ 4,215 trilhões para R\$ 4,161 trilhões em abril, a Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFI), que é a parte da dívida pública em títulos no mercado interno, caiu 1,57% em abril, passando de R\$ 4,006 trilhões para R\$ 3,944 trilhões. A parte externa, segundo o Tesouro, ao resgate líquido de R\$ 81,3 bilhões na DPMFI. Esse resgate foi parcialmente compensado pela apropriação positiva de juros (quando os juros da dívida são incorporados ao total mês a mês), no valor de R\$ 19,03 bilhões.

O resgate líquido de títulos da Dívida Pública Mobiliária Interna teve uma diferença entre o total de novos títulos resgatados (embolsado pelos investidores) de R\$ 121,69 bilhões e, em relação ao volume de novos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, que somou R\$ 39,03 bilhões. Por causa da volatilidade do mercado, o Tesouro tem feito menos títulos para não acitar as taxas pedidas pelos investidores.

Depois de ter tirado de circulação R\$ 35,562 bilhões em títulos públicos em março, o Tesouro não precisou recomprar papéis em abril. De acordo com o órgão, isso representa um indicativo de que as condições de mercado estão melhorando aos poucos, apesar das restrições de liquidez e da elevada incerteza. Por meio do programa de recompra, o Tesouro adquire títulos de papel que ainda não venceram para tranquilizar o mercado. Além de fornecer um referencial para os juros de mercado, essas operações reduzem as perdas de investidores com a oscilação de preços em papéis prefixados e indexados à inflação.

O estoque da Dívida Pública Federal Externa (DPFE), em circulação no mercado internacional, aumentou 4,23%, passando de R\$ 20,293 bilhões em março para R\$ 21,116 bilhões em abril. O principal motivo foi a alta de 4,39% do dólar no mês passado. A moeda norte-americana é o principal fator de correção da dívida externa. A variação do endividamento do Tesouro pode ocorrer por meio da oferta de títulos públicos em leilões pela internet (Tesouro Direto) ou pela emissão direta. Além disso, pode ocorrer assinatura de contratos de empréstimo no Tesouro, tomado de uma instituição ou de um banco de fomento, destinado a financiar o desenvolvimento de uma determinada atividade. A redução do endividamento se dá, por exemplo, pelo resgate de títulos, como se observou no último do último mês.

Este ano, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá ficar entre R\$ 4,5 trilhões e R\$ 4,75 trilhões, segundo o Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública para 2020, apresentado em janeiro. Detentores Os fundos de investimento foram os principais detentores da Dívida Pública Federal interna, com 25,76% de participação no estoque. As instituições financeiras, com 25,72%, e os fundos de pensão, com 25,65%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida. Com a retirada de recursos de investidores internacionais do Brasil, decorrente da crise econômica, a participação dos não residentes (estrangeiros) caiu, atingindo 9,36% em abril. Este é o menor percentual de estrangeiros na dívida interna desde janeiro de 2010. Os demais grupos somam 13,51% de participação, segundo os dados apurados nos mês.

Composição Quanto à composição da DPF de acordo com os tipos de títulos, a fatia dos papéis corrigidos por taxas flutuantes subiu para 38,73% do total da dívida. Em seguida, vieram os papéis prefixados, cuja participação caiu de 30,63% para 28,85%, devido principalmente ao vencimento elevado desses títulos no primeiro mês de cada trimestre. Em abril, o Tesouro resgatou R\$ 99,08 bilhões de papéis prefixados a mais do que emitiu.

REC SS Lapa Empreendimentos S.A.

Demonsrtações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

REC SS Sabará Empreendimentos S.A.

Demonsrtações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

REC SS Leopoldina Empreendimentos S.A.

Demonsrtações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

REC SS Morumbi Empreendimentos S.A.

Demonsrtações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

PRÓXIMOS LEILÕES ELETRÔNICOS. Do Consórcio da Praia. A praia será realizada por MEDELETRÔNICA através do Portal www.consorcio.com.br...

gold Leilões logo and contact information.

PRÓXIMOS LEILÕES ELETRÔNICOS. Do Consórcio da Praia. A praia será realizada por MEDELETRÔNICA através do Portal www.consorcio.com.br...

Leilão de Arte - Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro Oficial JUCESP-1128) comunica que será realizado o leilão de arte...

REC SS Tatupá Empreendimentos S.A.

Demonsrtações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

REC SS Estado Empreendimentos S.A.

Demonsrtações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

ISEC SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 08.785.915/0001-88 - NIRE 35.300.340-99 EDITAL DE CONVOCACÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBIMENTO DE AGRICULTURA Nº 2 - EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.

BIRESAC - COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO (BIRESAC S.A.) - CNPJ nº 08.785.915/0001-88 EDITAL DE CONVOCACÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBIMENTO DE AGRICULTURA Nº 2 - EMISSÃO DA BIRESAC S.A.

Paço Logística S.A. - CNPJ nº 17.821.724/0001-07 EDITAL DE CONVOCACÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBIMENTO DE AGRICULTURA Nº 2 - EMISSÃO DA PAÇO LOGÍSTICA S.A.

BIRESAC - COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO (BIRESAC S.A.) - CNPJ nº 08.785.915/0001-88 EDITAL DE CONVOCACÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBIMENTO DE AGRICULTURA Nº 2 - EMISSÃO DA BIRESAC S.A.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS RICARDONAHAI, RICARDO DE CARVALHO FERREIRA DA SILVA, RICARDO FERREIRA DA SILVA, RICARDO FERREIRA DA SILVA, RICARDO FERREIRA DA SILVA...

BIRESAC - COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO (BIRESAC S.A.) - CNPJ nº 08.785.915/0001-88 EDITAL DE CONVOCACÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBIMENTO DE AGRICULTURA Nº 2 - EMISSÃO DA BIRESAC S.A.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - PROCESSO Nº 011965-2019.0126.0002/0001 MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, Dr(a). Emanuel Brandão Filho, na forma da Lei nº. FAZ SABER ROLDO SOARES AMORIM, CPF 008.343.393-51...

REC SS Aclimação Empreendimentos S.A. - CNPJ/MF nº 26.074.834/0001-35

Demónstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

REC SS Casa Verde Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJ/MF nº 18.897.466/0001-05

Demónstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - PROCESSO Nº 002722-34/2019-02/002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara do Foro Regional I - São Paulo, Estado de São Paulo, Dr. Rogério de Oliveira Mariani, na forma da Lei, etc. FAZ SABER...

FORO REGIONAL I - SANTANA - 4ª VARA CÍVEL - Avenida Engenheiro Castello Alvares, 594 - 2º andar - salas 202 a 204 - Casa Verde - CEP 02246-000 - Fone: (11) 3011-2222 - Site: PRAZO-SP.COM.BR

2ª VARA CÍVEL - Foro Central de São Paulo - CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - PROCESSO Nº 106828-73/2019-02/002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, Dr. Rogério de Oliveira Mariani, na forma da Lei, etc. FAZ SABER...

19ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo - CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - PROCESSO Nº 106828-73/2019-02/002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 19ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, Dr. Rogério de Oliveira Mariani, na forma da Lei, etc. FAZ SABER...

Conseg Participações S.A. - CNPJ/MF nº 21.146/0001-71

Demónstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

REC SS Pinheiros Empreendimentos S.A. - CNPJ/MF nº 23.588.711/0001-80

Demónstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Atas de Conselho de Administração - 19 de maio de 2020. O Conselho de Administração reuniu-se em sessão ordinária no dia 19 de maio de 2020, às 14h30min, no endereço...

Governo faz parceria com empresa para ações de transformação digital

Vendas da indústria e varejo caíram mais de 30% de março para abril

As vendas da indústria e do comércio varejista tiveram queda de mais de 30% no mês de abril, na comparação com março, informa o Boletim de Acompanhamento Setorial da Atividade Econômica, divulgado na quarta-feira, (27) pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea). No setor de serviços, a retração foi de 23,7%.

O instituto relaciona a queda da atividade econômica às medidas de isolamento social, adotadas por estados e municípios como forma de prevenção à pandemia do novo coronavírus (covid-19), seguindo orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

De acordo com o Ipea, além da paralisação de uma "ampla gama de atividades produtivas", a queda das demandas interna e externa causou a forte retração em todos os setores da economia.

Para calcular o desempenho da economia, o Ipea tomou como base os parâmetros de três pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e passará a realizar mensalmente a projeção antes da divulgação dos dados oficiais pelo IBGE.

Indústria

O Ipea destaca que o cenário começou a se deteriorar em março, mês em que a Pesquisa Mensal da Indústria, do IBGE, constatou um recuo de 9,1% na produção industrial ante fevereiro. A produção de veículos e o setor de vestuário foram os mais afetados, enquanto o impacto foi menor na produção de alimentos, papel e celulose, e derivados de petróleo.

Segundo a estimativa do Ipea, a retração deve crescer para 36,1% na próxima pesquisa, que será divulgada pelo IBGE em junho e medirá o cenário em abril. O resultado do quarto mês de 2020, projeto o Ipea, deve representar uma queda de 44,6% na comparação com abril de 2019.

Mais uma vez, a indústria de veículos automotores deve es-

tar entre as mais afetadas, com uma queda de 92,9% em relação a março, e de 90,4% diante de abril de 2019. Já na indústria de celulose e papel, a queda prevista é de 1,4% ante março, e, na comparação com abril de 2019, deve haver estabilidade, com alta de 0,3%.

Comércio e serviços

A última Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE), divulgada em 13 de maio, também havia apontado queda em março, quando as vendas do varejo ampliado recuaram 13,9%. Os segmentos menos afetados, nesse caso, eram os associados à venda de alimentos, artigos farmacêuticos e de materiais de construção. Para abril, a previsão do Ipea é que o movimento se intensifique, chegando a uma queda de 34,7% para o conjunto do setor. Na comparação com abril de 2019, a queda deve ser de 44,5%.

O varejo ampliado inclui as lojas de veículos e materiais de construção, além de todos os outros setores do comércio. Assim como a produção, a venda de veículos deve ter uma queda mais acentuada que os números globais, atingindo queda de 62,2% de março para abril. O varejo restrito, que exclui veículos e materiais de construção, deve ter queda de 28,4% em abril, na comparação com março.

O setor de hiper e supermercados deve ser um dos menos afetados pela crise, com recuos de 5% em relação a março e de 1,1% na comparação com abril de 2019. Segundo o Ipea, os impactos da crise se desaceleraram as vendas em relação a março, mês que estabeleceu uma elevada base de comparação em virtude da estocagem de alimentos por parte de alguns consumidores.

Nos serviços, a queda em março foi de 6,9%, segundo a Pesquisa Mensal dos Serviços, que já havia apontado recuo de 30% nas atividades turísticas. A projeção para abril é que a retração geral do setor chegue a 23,7%. (Agência Brasil)

Em queda pela sexta sessão, dólar fecha em R\$ 5,28

Em um dia de alívio nos mercados internacionais, o dólar caiu pela sexta sessão seguida e fechou no menor valor em 40 dias. Abolida de valores disparar e encerrou no nível mais alto em quase três meses.

O dólar comercial encerrou na quarta-feira (27) vendido a R\$ 5,283, com recuo de R\$ 0,077 (1,44%). Na mínima do dia, por volta das 15h40, o dólar chegou a ser vendido a R\$ 5,275. A cotação fechou no menor nível desde 17 de abril (R\$ 5,23). A moeda norte-americana acumulou alta de 31,65% em 2020. O euro comercial fechou o dia vendido a R\$ 5,819, com recuo de 0,91%. A libra comercial caiu 1,91% e terminou a sessão vendida a R\$ 6,468.

O Banco Central (BC) interveio pouco no mercado na terça-feira, (26). A autoridade monetária ofertou até US\$ 620 milhões para rolar (renovar) contratos de swap cambial — venda de dólares no mercado futuro — que venceriam em julho.

No mercado de ações, o dia foi marcado pela forte recupe-

ração. O Ibovespa, índice da B3 (bolsa de valores brasileiros), fechou o dia aos 87.946 pontos, com ganho de 2,9%. O índice está no maior nível desde 10 de março, quando tinha fechado aos 92.214 pontos.

O Ibovespa seguiu o mercado norte-americano. O índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, fechou a quarta-feira com alta de 2,21%. Apesar da escalada de tensões diplomáticas com a China, as bolsas estrangeiras reagiram à expectativa de novos pacotes de estímulos nos Estados Unidos e à aprovação, pela União Europeia, de um pacote de 750 bilhões de euros para ajudar às economias do bloco.

Há várias semanas, mercados financeiros em todo o planeta atravessam um período de nervosismo por causa da recessão global provocada pelo agravamento da pandemia do novo coronavírus. Nos últimos dias, os investimentos têm oscilado entre possíveis ganhos com o relaxamento de restrições em vários países da Europa e em regiões dos Estados Unidos e de contratempos no combate à doença. (Agência Brasil)

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou uma parceria com a empresa internacional de tecnologia Cisco para ações relacionadas à adoção de tecnologias digitais em diversas áreas. O emprego desses recursos técnicos e as mudanças decorrentes vêm sendo chamadas por governos e organismos internacionais de "transformação digital".

O acordo vai abarcar projetos em diversas áreas, como infraestrutura de informação e comunicação, cibersegurança, apoio à indústria e ao processo produtivo, qualificação de trabalhadores em novas tecnologias, inovação e melhoria de serviços digitais de instituições públicas.

A Cisco vai auxiliar em uma plataforma para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que facilite a definição, gestão e monitoramento de

ações governamentais nas três esferas: Federação, nessa área.

Outra ação prevista é a implantação de um programa de educação em cibersegurança com meta de qualificar sete mil jovens. Ainda nesse tema, de acordo com o ministério, o órgão e a companhia vão cooperar com a troca de informações sobre ameaças cibernéticas.

Em relação ao apoio à indústria, o acordo tem entre suas medidas a criação de um centro de experiência focado em tecnologias de suporte à atividade produtiva. Também serão realizadas atividades de formação, com a meta de oferecer capacitações a dois mil trabalhadores em três anos.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, destacou a profundidade das mudanças relacionadas a essas tecnologi-

as. "As coisas vão ser diferentes a cada dia. A utilização da tecnologia, seja em qualquer das áreas, na saúde, na segurança, na indústria, na segurança cibernética, tem uma importância gigantesca. Essas alterações, novos empregos, novos modos de vida, vamos precisar de muitos bons profissionais, de jovens empreendedores", destacou.

O secretário de telecomunicações do MCTIC, Vitor Menezes, lembrou que o Brasil é o quarto país em número de pessoas conectadas, com 134 milhões com acesso à Rede Mundial de Computadores, além de altos índices de acesso a aplicações como redes sociais e serviços de mensagens (como Whatsapp e Telegram).

Ele elencou as medidas adotadas pelo governo e lembrou que ainda há desafios. "Estamos próximos do edital da tecnolo-

gia 5G desenvolvendo uma estratégia de inteligência artificial e implantando o plano de Internet das Coisas. Precisamos dar vazão a tais iniciativas de modo a proporcionar que cada brasileiro tenha acesso à internet", defendeu.

"Assim como é fato que Brasil para ser competitivo nesse mundo global, isso só existe com a devida inclusão da sociedade. A sociedade precisa e deve ser a protagonista de toda essa transformação. Que possamos fazer com que tecnologia seja fonte sólida dentro do processo de inclusão", afirmou o presidente da Cisco no Brasil, Laércio Albuquerque.

A Agência Brasil perguntou ao MCTIC se houve alguma licitação ou seleção para avaliar outras empresas que poderiam realizar parcerias semelhantes, mas não obteve resposta. (Agência Brasil)

Ministério lança política nacional de bioinsumos na agricultura

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) lançou na quarta-feira (27) o Programa Nacional de Bioinsumos. O objetivo é impulsionar a utilização de recursos biológicos na agropecuária brasileira, aproveitando a biodiversidade do país, e reduzir a dependência de insumos importados, como fertilizantes.

A formalização da política consta em um decreto editado pelo presidente Jair Bolsonaro e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, publicado no Diário Oficial da União (DOU). "Nesta política, todos estarão contemplados. O pessoal que trabalha orgânico há muito tempo, também a agricultura comercial que hoje já usa esse modelo de produção, ou combinado com o modelo convencional. Acho que todos têm a ganhar, os produtores de todos os tamanhos vão ganhar, o Brasil tem a ganhar", afirmou a ministra durante lançamento virtual do programa.

Segundo Tereza Cristina, o Plano Safra deste ano — ainda a ser lançado — vai disponibilizar recursos para investimento em biofábricas e desenvolvimento da agropecuária de base biológica. De acordo com o ministério, os bioinsumos abrangem uma gama ampla de soluções tecnológicas agrícolas, como inoculantes, promotores de crescimento de plantas, biofertilizantes, produtos para nutrição vegetal e animal, extratos vegetais, defensivos feitos a partir de microrganismos benéficos para controle de pragas, parasitas e doenças, como fungos, bactérias e ácaros, até produtos fitoterápicos ou tecnologias que têm ativos biológicos na composição, tanto para plantas e animais, como para processamento e pós-colheita.

De acordo com o ministério, há cerca de 10 milhões de hectares que já usam a produção de bioinsumos para o

combate de pragas, e cerca de 40 milhões de hectares de área utilizada com bactérias que são promotores de crescimento [de plantas]", explica o secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Mapa, Fernando Camargo. A expectativa da pasta é por um crescimento de 13% na área agrícola do país que utilize bioinsumos.

O ministério criou um site exclusivo para o programa, com uma série de informações ao público geral e também para produtores rurais interessados nos bioinsumos. Uma das novidades é um catálogo com todos os bioinsumos disponíveis e que podem ser adotados na produção. Para Fernando Camargo, a tendência é que o setor cresça bastante nos próximos anos.

"Primeiro, nós temos uma grande oportunidade pela nossa tão falada biodiversidade, e segundo, porque existe uma demanda do consumidor final por produtos sustentáveis, que usam

essa base biológica", explica. A expectativa é que o programa incentive mais a pesquisa no setor, crie melhores condições de registro das inovações e disponibilize mais produtos de base biológica.

O decreto cria um comitê estratégico para o programa, composto por representantes do Mapa, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), além de empresários agrícolas, produtores orgânicos e entidades que atuam em extensão rural.

Foram abertas ainda, no âmbito do ministério, duas consultas públicas para a edição de novas normas, uma sobre a modernização do procedimento de registro de produtos fitofarmacêuticos e outra para a atualização das regras para registro de produtos biológicos. (Agência Brasil)

STJ rejeita federalização de investigações sobre morte de Marielle

Por unanimidade, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou, na quarta-feira (27), o pedido de federalização das investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Marielle e Anderson foram mortos na noite de 14 de março de 2018, no centro do Rio de Janeiro.

O pedido foi feito no ano passado pela então procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Na ocasião, Raquel Dodge alegou que havia tentativas de obstrução das investigações, que ocorreram no Rio de Janeiro. Caso o pedido de federalização fosse aceito pelo STJ, caberia à Justiça Federal, e não mais ao Judiciário local, o julgamento do caso.

Durante o julgamento, os ministros seguiram voto da relatora, ministra Laurita Vaz. No entendimento da relatora, o deslocamento de competência para a Justiça Federal só seria justificável se houvesse falhas nas investigações, fato que não ficou demonstrado.

O voto foi seguido pelos ministros Jorge Mussi, Rogério Schietti, Reynaldo Soares, Sebastião Reis Júnior, Ribeiro Dantas, Antonio Saldanha Palheiro e Joel Paciornik.

Desde o pedido de federalização do caso, os parentes de Marielle e de Anderson Gomes manifestaram-se contra o deslocamento de competência para a Justiça Federal por entenderem que a medida teria "caminho muito mais próximo da impunidade de que da conclusão isenta das investigações".

A vereadora Marielle Franco (PSOL) e o motorista Anderson Gomes foram mortos a tiros no Estácio, região central do Rio de Janeiro, quando o carro em que estavam foi atingido por diversos disparos. Quatro tiros acertaram a vereadora e três, o motorista. Marielle voltava de um even-

to na Lapa, chamado Jovens Negros Movendo as Estruturas, quando teve o carro empalheado por outro veículo, de onde partiram os tiros. Uma assessora da parlamentar, que também estava no carro, sobreviveu aos ataques.

O desdobramento mais recente da investigação do crime foi a decisão da Justiça de mandar a júri popular os dois homens acusados pelas mortes: o sargento da reserva da Polícia Militar Konnie Lessa e o ex-policial Elício Queiroz. Eles estão presos na Penitenciária Federal de Porto Velho desde março do ano passado e negam participação nos dois assassinatos. (Agência Brasil)

Shoppings e centros comerciais reabrem no Distrito Federal

Sob novas regras, shoppings e centros comerciais do Distrito Federal (DF) reabrem as portas na quarta-feira (27), depois de 69 dias fechados. De acordo com o decreto do governador Ibaneis Rocha, publicado na última sexta-feira (22), os estabelecimentos reabrirão em horário restrito, das 13h às 21h. Já as áreas de recreação e brinquedotecas dos shoppings, lojas de jogos eletrônicos, cinemas e teatros deverão permanecer fechados. As praças de alimentação e os provedores de lojas de vestuários também estão proibidos de abrir.

Segundo o presidente da Federação do Comércio (Fecomércio) do Distrito Federal, Francisco Maia, a fiscalização do governo será rígida. Além do uso de máscaras e álcool em gel, os lojistas serão submetidos a testes de covid-19 de 15 em 15 dias. Uma parceria com o governo do DF vai oferecer esses testes, de forma gratuita. Cerca de 500 testes serão disponibilizados diariamente.

Hoje, excepcionalmente, por causa da grande demanda registrada na terça-feira, (26) e das filas que se formaram, serão feitos 2 mil testes. O número de postos de testagem também aumentou de um para 15. Outra medida para evitar aglomerações será a liberação de apenas 50% das vagas dos estabelecimentos desses locais. Além disso, é necessário que haja medição de temperatura de todos os clientes antes de entrarem no shopping. A distância mínima de dois metros entre as pessoas também será obrigatória. O empregado, colaborador, terceirizado e prestador de serviço que apresentar sintomas do novo coronavírus deverá ser orientado a permanecer em isolamento domiciliar.

Shoppings, se tudo correr bem, terão que ter um ato de muita responsabilidade com a volta dos shoppings e do comércio de rua. A não observância das normas pode ocasionar um aumento da curva de contaminação, o que prejudicará a reabertura de outros segmentos, ou até mesmo o fechamento dos negócios que já foram reabertos", ressaltou Maia.

Apesar da reabertura das lojas, os estabelecimentos não estão obrigados, já que o consumidor está receoso de sair às ruas. Além disso, no momento em que as atividades voltarem, o comerciante precisará pagar aluguel, água, luz e outras despesas. "Se vamos saber como será quando as lojas de fato reabrir, Prevemos ainda que vai haver muita demissão e muitas lojas não vão voltar a reabrir, pois já estão falidas", disse o empresário.

Bares, restaurantes, quitutes, food trucks e trailers de venda de refeição ainda não têm autorização para funcionar. Ficam permitidas operações de entrega em domicílio, prona

entrega em veículos e retirada do produto no local, sem abertura do estabelecimento para atendimento ao público em suas dependências.

As feiras populares também ficam com as atividades paradas, podendo abrir apenas as permanentes e as exclusivas de produtos alimentícios. O funcionamento de salões de beleza, barberias, academias, centros estéticos e academias ainda não foi liberado. Também continuam suspensos eventos de qualquer natureza, assim como cinemas e teatros, boates e casas noturnas, além do comércio ambulante em geral.

Atividades educacionais como escolas, universidades e faculdades também não poderão abrir, assim como igrejas e centros religiosos. Segundo o decreto, os ajustes necessários para o cumprimento do calendário escolar serão estabelecidos pela Secretaria Estadual de Educação, após o retorno das aulas. Fica autorizado o funcionamento do comércio em geral, não relacionado. (Agência Brasil)